



ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA sexta ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIADO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE Joinville 15.05.2017.

Aos quinze dias do mês de Maio de dois mil e dezessete, às dezoito horas e quarenta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores, Rua Hermann August Lepper, 1.100 - Saguauçu, realizou-se a centésima sexagésima sexta Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheiro Orlando Jacob Schneider, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, passou a palavra ao secretário geral da Mesa Diretora, conselheiro Mário José Bruckheimer, que procedeu com a leitura da Pauta do dia: 1 - EXPEDIENTES: 1.1 Apresentação e aprovação da pauta do dia – 5'; 1.2 Aprovação da ata do dia 30.03.2017; 1.3 Comunicados e Informes da Secretaria-Executiva – 5'; 2 - ORDEM DO DIA: 2.1 Informe sobre a Dengue/Influenza - Nicoli Janaína dos Anjos/Aline Costa da Silva – 5' 2.2 Apresentação referente a metodologia dos Serviços de Regulação - Andrei Popovski Kolaceke – 30'; 2.3 Apresentação de proposta referente ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade: acolhimento e PMAQ – Keli Bett – 60'; 2.4 Apresentação do Relatório de Viagem – conselheira Fátima Jorge Baeza – 20'. O secretário Mário José Bruckheimer leu os dois itens para serem incluídos na pauta: solicitação da conselheira Zelma Rechert Maria, sobre a insulina; Ofício 039/2017/SMS/DAF/GCC/ Convênios (anexo II) que chegou à Comissão de Assuntos Internos (CAI), no qual diz respeito aquisição de equipamentos. A Pauta, com a inclusão dos dois itens, e a Ata do dia 30/03/2017 foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes. Leitura dos INFORMES, conforme segue: 1) Informamos que o conselheiro Henrique Ludwigo Deckmann, segmento GOVERNO, apresentou-se para compor a Comissão de Assuntos Internos (CAI), essa indicação foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes, assim a CAI ficou completa. 2) Solicitamos conselheiros para as seguintes comissões:- Comissão Organizadora da 12ª Conferência Municipal de Saúde/Vigilância em Saúde: um representante dos demais segmentos;- Comissão de Financiamento (COFIN): formação da Comissão, com composição paritária;- Comitê Municipal de Prevenção ao Óbito Materno, Infantil e Fetal – SUPERA: um titular e um suplente (usuários);- Comissão de Acompanhamento de Contrato do Hospital Municipal São José: um suplente (usuários);- Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES): um representante suplente;- Conselho Gestor da Maternidade Darcy Vargas: um titular (usuários);- Comitê de Ética em Pesquisa da SOCIESC: um representante; Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Gestão firmado entre a Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina e a Organização Social Nossa Senhora das Graças, para administração do Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria: um suplente (usuários). 2.1- A Sra Nicoli Janaína dos Anjos apresentou a atualização dos focos positivos do mosquito Aedes Aegypti no município dos seguintes bairros: Aventureiro dois focos; Atiradores um foco; Anita Garibaldi um foco; Boa Vista setenta e sete focos; Bucarein um foco; Centro um foco; Costa e Silva quatro focos; Dona Francisca um foco; Fátima cinco focos; Floresta um foco; Glória um foco; Guanabara dois focos; Itaum um foco; Itinga dois focos; Jardim Iriirú seis focos; Jardim Sofia vinte e oito focos; Jardim Paraíso quatro focos; João Costa um foco; Nova Brasília cinco focos; Pirabeiraba um foco; Rio Bonito um foco; São Marcos um foco; Saguauçu três focos; Santo Antônio um foco; Zona Industrial Tupi seis focos e Zona Industrial Norte seis focos totalizando cento e sessenta quatro focos positivos, pois os bairros Boa Vista e Jardim Sofia são considerados infestados pelo mosquito, até a presente data não há confirmação de nenhum caso positivo de Dengue, chikungunya e Zika. O presidente do CMS questionou que foi divulgado na mídia um caso de óbito e várias pessoas

50 internadas, mas a Sra Nicoli Janaína dos Anjos explanou que esses casos foram em
virtude do vírus influência (gripe) e não de doenças causadas pelo mosquito Aedes Aegypti
e que, Secretaria Municipal de saúde (SMS) está fazendo sua parte, porque a SMS faz
delimitação de foco. Além disso, fazem visitas, constantemente, as residências com
objetivo de orientá-los, caso eles não resolverem esses problemas relacionados com os
55 focos serão multados, uma vez que os moradores são responsáveis pela limpeza e zelo
das áreas internas de suas residências. O conselheiro Mário José Bruckheimer colocou
que no bairro Boa Vista foi feita limpeza nas bocas de lobo com inserção do cloro, que a
SMS comprou e isso ajudou a eliminar os focos nas bocas de lobo, mas esse tema será
tratado de forma mais incisiva na Conferência Municipal de Saúde com objetivo de inserir
60 a comunidade neste tema, pois uma simples limpeza de quintal já elimina o foco. O
conselheiro Mário José Bruckheimer aproveitou para falar sobre influência (Síndrome
Respiratória Aguda Grave), no qual o município de Joinville teve vinte e oito casos
investigados. Dos quais, nove foram positivos, dois aguardando respostas; um óbito
causado pelo H3N3 que é um subtipo da gripe em um adulto de sessenta e cinco anos.
65 Assim, fica claro que o óbito ocorrido na cidade de Joinville foi referente ao vírus
influência e não pelo mosquito Aedes Aegypti. Então aqui vem o alerta, foram abertos
cinquenta e quatro pontos de vacinação contra o vírus influência no sábado próximo o dia
das Mães, pois independente da data, os números foram frustrante porque as equipes de
vacinação trabalharam das 08:00 às 17:00 horas e fizeram sete mil duzentas e setenta
70 oito vacinas uma média de cento e trinta e cinco vacinas por UBS. Aliás, das cento e
quarenta e uma mil vacinas da meta a ser atingida somente oitenta e sete mil e cento e
setenta e quatro vacinas foram feitas, ou seja, sessenta e seis por cento da meta. Agora,
está entrando na quinta semana da campanha, tendo assim, mais semana. Porém, o que
chama atenção é dois dados específicos. O primeiro se refere às crianças, pois das trinta
75 e duas mil que deveriam ser vacinadas só doze mil foram vacinadas. O segundo é em
relação aos professores porque eles sempre querem vacinas, mas dos oito mil e
seiscentos e sessenta e nove professores somente mil e oitocentos vacinaram. Em relação
aos idosos dos quarenta e seis mil que deveriam fazer a vacinação, trinta e seis mil já
fizeram a vacina. Manifestações: O conselheiro Henrique Ludwigo Deckmann registrou
80 que esteve, no sábado, em algumas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e pôde observar
a baixa adesão da comunidade, diante disso ele sugeriu que a SMS fizesse os
indicadores por bairro e que esses indicadores fossem enviados aos presidentes de cada
Conselho Local de Saúde (CLS) no intuito deles passarem essas informações para
comunidade. O conselheiro Gentil Coradelli questionou que quando receber pessoas na
85 sua farmácia com sintomas de dengue para onde ele tem que encaminhar essas pessoas;
a Sra Nicoli Janaína dos Anjos respondeu que devem ser encaminhados para UBSs,
quando for final de semana para os Prontos de Atendimento (PAs), pois ambos conhecem
o protocolo de manejo de paciente e estão prontos para atender. 2.2- o Sr Andrei
Popovski Kolaceke e a Sra Simone Aparecida de Souza fizeram a Apresentação
90 referente à metodologia dos Serviços de Regulação conforme anexo I presente nesta Ata.
Manifestações: o conselheiro Gentil Coradelli parabenizou a equipe da regulação e
questionou que no caso da desistência do usuário às consultas, se a Regulação tem
alguns dados que, por exemplo, indica que isso ocorreu porque a pessoa faleceu ou
mudou de município ou, ainda, pagou a consulta particular. Além disso, qual é a
95 porcentagem atendida por municípios vizinhos nesse número de consulta. A conselheira
Zenir Vedete Werlich perguntou que quando paciente pego o exame oftalmológico, quanto
tempo demora em esse paciente para retornar ao oftalmologista. O conselheiro Rodrigo
Sandri Avila indagou se foi citada a relação da odontologia na Regulação e se isso é feito,

100 como é feito e quem é o responsável na questão das especialidades e atendimentos em
105 geral. A Sra Angelita Ullrich Lankewicz questionou que o Ministério da Saúde divulgou no
110 final de Abril que as cirurgias eletivas iam começar em uma regulamentação só em nível
115 nacional e que os municípios que não aderissem, corria o risco de não receberem o teto
120 da média e alta complexidade. Diante disso, ela pergunta como está o andamento em
125 Joinville, como está essa regulamentação e como o município está dentro desse sistema
130 todo. O Sr. Andrei Popovski Kolaceke e a Sra Simone Souza responderam as perguntas
135 levantadas referente à metodologia dos Serviços de Regulação. A Sra Simone Aparecida de
140 Souza explicou que são atendidos os vinte e seis municípios da região nordeste de Santa
145 Catarina e em alguns Hospitais Estaduais que passam pelo controle da organização do
serviço da regulação como o Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria e o hospital
Municipal Regional, pois metades dos municípios são referenciados em Joinville como,
por exemplo, no Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria e a outra metade dos
municípios no Hospital Infantil Joana de Gusmão. Em relação às faltas nas consultas os
pacientes, às vezes, faltam sem comunicar e nem justificam, pois quando isso acontece a
Regulação deixa de atender outro usuário causando prejuízo ao município, porém se ele
avisar com uma justificativa ele volta para uma vila paralela. O Sr. Andrei Popovski
Kolaceke reforça a explicação dizendo que esta questão dos faltantes foi longamente
discutida com Ministério Público (MP), porque o MP estava preocupado com tratamento
dado aos faltantes que justificavam os motivos do não comparecimento nas consultas.
Dessa forma, chegou a um consenso com MP que esses usuários que justificavam suas
faltas seriam separados dos que não justificaram as faltas e a partir do momento que eles,
quem justificou as faltas, procurassem a Regulação, eles voltariam para as mesmas
posições que ocupavam antes, logo receberiam atendimentos normalmente. A respeito do
tempo que o paciente aguarda para retorno ao Oftalmologista depende de cada usuário,
porque depende da oferta naquele prestador de serviço, quanto tempo o médico solicitou
aquele exame e quais exames foram solicitados para retorno aconteça. Sra Simone
Aparecida de Souza informou, ainda, o dado sobre absenteísmo de Novembro de 2016
que foi de vinte e dois por cento. Ela respondeu a questão das cirurgias que o Ministério
da Saúde solicitou uma avaliação de toda fila cirúrgica de todos os municípios do Brasil e
que a Regulação tem um prazo para entregar. Diante disso, já está sendo feito as coletas
de dados para que até início do próximo mês seja entregue, pois o intuito do Ministério da
saúde é fazer um sistema único de informação que é o SISREG, em relação o uso desse
sistema está sendo analisado como ele será útil para município de Joinville. O Sr. Marcelo
Fernandes explica que o Centro de especialidades Odontológico (CEO) obedece a um
protocolo que vai ser discutido e construído com os colaboradores da especialidade
enfrentando as mesmas dificuldades das especialidades hoje reguladas, porque hoje a
Regulação conta com um regulador que faz as diversas especialidades da odonto e
encaminha para o CEO dois e o CEO três da UNIVILLE e do CEO Bucarein. O
conselheiro Valmor João Machado solicita que seja convocada a equipe da regulação de
leito para que eles expliquem de que forma esses leitos estão sendo regulado, ele ainda
falou que irá fazer as perguntas a Regulação por escrito. O Sr. José Martins perguntou
por que um usuário que mora na zona sul vai fazer fisioterapia lá no bairro Aventureiro ou
no bairro Iririú, sendo que existem clínicas disponíveis na Zona sul, ele questiona, ainda,
que foi colocado na fila para fazer um exame de colonoscopia por duas vezes, no entanto
o nome dele depois desapareceu da fila nas duas vezes. O Sr. Irineu Romeu Brinkmann
colocou que o retorno das consultas demora muito, a fila da triagem cirúrgica está fluindo,
todavia as pequenas cirurgias estão demorando muito. A conselheira Francisca do
Nascimento colocou que apresentação foi interessante, todavia na prática não está





Conselho
Municipal
de Saúde



funcionando, porque ela conhece uma pessoa que faz cinco anos à espera de uma
cirurgia de ombro, ela ainda questionou que se a oferta e de cinquenta por cento daqui a
150 pouco tempo não terá mais fila de espera para especialista. O Sr Andrei Popovski
Kolaceke esclareceu que a central de regulação de leito é administrada pelo Estado de
Santa Catarina e funciona 23º Regional de Saúde e que os funcionários pertencem ao
Estado de Santa Catarina, ele ainda ressaltou que algumas dificuldades de ordem
práticas relacionados às filas podem ser amenizadas. O Sr. Jean Rodrigues da Silva,
155 diretor de média e alta complexidade da SMS, explica que quando paciente passa pelo
clínico ou pelo fisioterapeuta normalmente eles recomendam fisioterapia. Assim, foi
gerada uma grande procura para realização desses exames, mas os números de
prestadores distribuídos nos bairros que realizam esses exames são restritos. Diante
disso, Secretaria Municipal de Saúde de Joinville conversou com os prestadores de
160 serviço para ofertar uma quantidade de duas mil sessões de fisioterapia a mais para
suprir a demanda reprimida, o sistema de informação (SISREG) é mecânico com isso
quando acabavam as vagas para fazer exame de fisioterapia em uma Unidade Básica de
Saúde de uma determinada região o SISREG não enxergava que, por exemplo, na região
Leste havia vagas ociosas, diante disso foi mexido dentro do sistema de informação para
165 que essas vagas que estavam ociosas em outra localidade fossem liberadas, mas devido
à limitação de prestadores de serviços pode acontecer de um usuário morar na Zona sul e
ter quer fazer na zona Leste. O Sr. Jean Rodrigues da Silva explanou também que ao
mesmo passo que dá acesso a uma consulta, esbarra em fornecer o exame, além dá
limitação dos prestadores de serviços porque eles não querem vender o serviço no preço
170 da tabela SUS, então é um desafio diário e tudo que foi apresentado é regra geral,
portanto todos os problemas que possam vir existir têm que ser questionados nas
Unidades Básicas de Saúde ou na Secretaria Municipal de Saúde para ver o que está
acontecendo com cada usuário como, por exemplo, o problema da cirurgia de ombro é o
preço do Manguito Rotador que custa três mil e oitocentos e com isso não tem dinheiro
175 para comprar Manguito Rotador para fazer cirurgia de todos que precisam logo à fila anda
devagar, pois no caso da cirurgia complexa de quadril e de joelho são cirurgias que têm
teto financeiro para gastar por mês, às vezes têm pacientes que estão na fila esperando
cirurgia e eles não chegam fazer cirurgia com isso eles perdem todos os exames, diante
disso SMS vai começar a preparar o número de paciente que tem capacidade de operar,
180 o Sr. Jean Rodrigues da Silva agradece o Hospital Bethesda por ser o que mais realiza
cirurgias eletivas no Estado de Santa Catarina e no Município de Joinville. Além disso, o
Hospital Bethesda está firmando uma parceria com SMS através da tabela SUS para
realizar entre cem a cento e cinquenta mil de cirurgia ginecologia por mês. O conselheiro
Rodrigo Sandri Avila questionou que se na Regulação existe um regulador para área da
185 odontologia porque as filas para essas especialidades estão represadas, pois quando um
usuário vai ao posto de saúde e solicita que o filho seja atendido pelo dentista e essa
criança precisa de aparelho, o Centro de Especialidade Odontológica oferece esse
serviço, no entanto a relato de pessoas que vão até o posto pede o encaminhamento,
mas eles não recebem esse encaminhamento. O Sr. Jean Rodrigues da Silva respondeu
190 que um dos piores indicadores é a cobertura da saúde bucal, mas SMS está trabalhando
para ampliar o acesso à saúde bucal e com a ampliação desse serviço vai ficar mais difícil
ainda o atendimento de média complexidade. Portanto a SMS está revisando os
convênios que têm com CEO da Univille, pois o CEO três da Univille não é do município
de Joinville e sim regionalizado, além de atender a região em conjunto com consórcio Cis
195 Amunesc e SMS está trabalhando para aumentar o acesso ao CEO porque a partir do
momento que dar mais acesso à atenção básica vai gerar mais solicitações, por isso não



está abrindo nenhuma equipe nova da saúde da família sem um Odontólogo, assim o desafio da SMS tem sido fornecer aos usuários o exame laboratorial, a fisioterapia, consulta com clínico, o acesso a saúde bucal. Hoje existem cento e doze filas de administração no processo de Regulação e SMS tem dado atenção a todas essas filas para atender o anseio dos pacientes, pois existem dificuldades muito grandes nas cirurgias urológicas, nas ginecológicas, nas oncologias, nas biópsias e nas pequenas cirurgias. No que diz respeito às pequenas cirurgias estão sendo feitas ampliações nos Postos de Atendimento Médico (PAM) onde foram colocados centros cirúrgicos para que as pequenas cirurgias possam ser realizadas com maior agilidade. O Andrei Popovski Kolaceke ressalta que a fila da colonoscopia está na mão do Ministério público, pois foi feito um acordo com MP para regularizar essa fila. O presidente do CMS Orlando Jacob Schneider sugeriu para o pleno do CMS que o item 2.3 Apresentação de proposta referente ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade: acolhimento e PMAQ – Keli Bett e o item 2.4 Apresentação de Relatório de Viagem – conselheira Fátima Jorge Baeza – 20' fossem discutidos em uma Assembleia Geral Extraordinária na próxima semana, essa sugestão foi colocada em votação e aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 2- o ofício 039/2017/SMS/DAF/GCC/Convênios que chegou à Comissão de Assuntos Internos (CAI), no qual diz respeito aquisição de equipamentos. O Sr. Fabrício Rosa explica que SMS protocolou no dia dezoito de Abril no CMS uma solicitação de parecer referente à autorização para utilizar somente dos rendimentos gerados do dinheiro das emendas parlamentares para compra de computadores para os locais pré-determinado da proposta, por exemplo, duas propostas para compra de computadores para o Centrinho, assim como o Posto de Atendimento Médico (PAM) do Boa Vista, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Sul e toda Atenção Básica. Dessa forma, a SMS solicita o CMS uma autorização para comprar estes equipamentos, pois eles irão ajudar na integração da nova rede integrada de informática da SMS junto com HMSJ, o Presidente do CMS pergunta e os equipamentos e só para Atenção Básica ou tem mais. O Sr Fabrício Rosa responde é para Atenção Básica, UPA Sul, PAM do Boa Vista e do Centrinho, o Presidente do CMS questionou ainda se não tinha nada para o HMSJ, o Sr Fabrício Rosa disse que esse recurso não será utilizado para compra de equipamento para HMSJ, somente para integração da nova rede de informática. Manifestações: A Sra Angelita Ullrich Lankewicz questionou de onde vêm essas verbas, se elas são de emenda parlamentares e porque está passando pelo CMS, pois não existe uma forma menos burocrática para utilizá-la sem passar pelo CMS. O Sr Fabrício Rosa respondeu que esses recursos são, geralmente, de emendas parlamentares, entretanto têm programas que são específicos do Ministério da Saúde para investimentos nas UBSs, e por orientação do próprio Ministério da Saúde que o CMS é o maior órgão fiscalizador dos recursos públicos no tocante a Saúde, logo como os rendimentos não estavam na proposta inicial se fez necessário um parecer do CMS para utilizá-los. O Presidente do CMS colocou em votação que seja encaminhado para CAI do ofício 039/2017 sobre aquisição de equipamentos, o encaminhamento para CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. 1- solicitação da conselheira Zelma Reichert Maria sobre a insulina. A conselheira Zelma Reichert Maria informou que já faz mais de dois meses que não há insulina na Farmácia Escola, pois os pais estão desesperados e pedindo ajuda da ADIJO, Associação dos Diabéticos de Joinville, para restabelecer o fornecimento de insulina. O Presidente do CMS salientou que o Município está com problema sério com falta de insulina, porque os fornecedores não estão querendo fornecer insulina para o Município de Joinville, no entanto tem uma lei que diz que o Estado de Santa Catarina tem obrigação de comprar insulina, só que o Estado de Santa Catarina está fazendo um

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



Conselho
Municipal
de Saúde



protocolo sobre essa lei para que, assim, possa fornecer insulina, enquanto isso o usuário que precisa da insulina está padecendo. Diante disso, o CMS está tentando marcar uma reunião com o Governador do Estado de Santa Catarina para solucionar essa situação. O
250 conselheiro Antônio Coelho reforçou que se existe o agravo porque esperar, e propôs que essa situação deve ser encaminhada ao Ministério Público. O Sr. Jean Rodrigues da Silva salientou que SMS teve uma reunião com um fornecedor de insulina que não estava nas licitações passadas e esse fornecedor se comprometeu em participar da próxima
255 licitação para fornecer insulina ao Município de Joinville, pois o Município gasta quase trezentos e cinquenta mil reais na compra de insulina. A Sra Liliana Piski Maes sugeriu que deve ser encaminhada ao Ministério público essa questão da insulina, uma vez que esse problema de licitação pode acontecer na compra de outros produtos também. O presidente do CMS colocou em votação o encaminhamento ao Ministério Público, o encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. Nada mais
260 havendo a tratar, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, Orlando Jacob Schneider, deu por encerrada a centésima sexagésima sexta Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e vinte e cinco minutos, que eu, Alexandre Duarte, lavrei a presente Ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os conselheiros: Mário José Bruckheimer, Douglas Calheiros Machado, Janaina Ferreira Teixeira, Iara Lúcia Pereira, Henrique Ludwigo Deckmann, Roni
265 Regina Miqueluzzi, Hilário Dalmann, Heloísa Walter de Oliveira, Carmen Diamantina Teixeira, Liamar Michelmann Laffin, Marlene Serafim, Rodrigo Sandri Avila, Alexandra Marlene Hansen, André Araújo Ferreira, Zelma Reichert Maria, Liliana Piski Maes, Antônio Coelho, Angela Maria dos Santos, Fátima Jorge Baeza, Gentil Coradelli, Vera Beatriz Gomes Lizuka, Zenir Videte Werlich, Carmen Dalfovo Kohler,
270 Henrique Fagundes, Orlando Jacob Schneider, Francisca do Nascimento, Susana Staats, Adelina Dognini, cinco representantes dos Conselhos Locais de Saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, representantes da comunidade, representante do Hospital Bethesda e representante do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina.

Res. de
Regidene Ramos.
Zelma
Orlando Jacob Schneider
Francisca do Nascimento
Susana Staats
Adelina Dognini
Henrique Fagundes
Angela Maria dos Santos
Antônio Coelho
Liliana Piski Maes
Zelma Reichert Maria
André Araújo Ferreira
Alexandra Marlene Hansen
Rodrigo Sandri Avila
Marlene Serafim
Liamar Michelmann Laffin
Carmen Diamantina Teixeira
Heloísa Walter de Oliveira
Hilário Dalmann
Regina Miqueluzzi
Roni
Henrique Ludwigo Deckmann
Janaina Ferreira Teixeira
Douglas Calheiros Machado
Mário José Bruckheimer
Orlando Jacob Schneider
Francisca do Nascimento
Susana Staats
Adelina Dognini
Henrique Fagundes
Angela Maria dos Santos
Antônio Coelho
Liliana Piski Maes
Zelma Reichert Maria
André Araújo Ferreira
Alexandra Marlene Hansen
Rodrigo Sandri Avila
Marlene Serafim
Liamar Michelmann Laffin
Carmen Diamantina Teixeira
Heloísa Walter de Oliveira
Hilário Dalmann
Regina Miqueluzzi
Roni
Henrique Ludwigo Deckmann
Janaina Ferreira Teixeira
Douglas Calheiros Machado
Mário José Bruckheimer



Secretaria
da Saúde



Prefeitura de
Joinville





Secretaria
da Saúde



METODOLOGIA DO PROCESSO DE REGULAÇÃO

Andrei Popovski Kolaceke
Coordenador do Núcleo de Apoio Técnico

Simone A. de Souza
Gerente de Regulação

Joinville - SC

REFERENCIAL NORMATIVO



Secretaria
da Saúde



5 de outubro de 1988 - Constituição da República Federativa do Brasil:

- ***Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.***

REFERENCIAL NORMATIVO



Secretaria
da Saúde



19 de setembro de 1990 - Lei nº 8.080/1990:

- Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:***

(...)

II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

REFERENCIAL NORMATIVO



Secretaria
da Saúde



28 de junho de 2011 - Decreto nº 7.508/2011:

- Art. 11. O acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde será ordenado pela atenção primária e deve ser fundado na avaliação da gravidade do risco individual e coletivo e no critério cronológico, observadas as especificidades previstas para pessoas com proteção especial, conforme legislação vigente.***

REFERENCIAL NORMATIVO



Secretaria
da Saúde



1º de Agosto de 2008 - Política Nacional de Regulação - Portaria GM/MS nº 1.559/2008:

- **Art. 2º - As ações de que trata a Política Nacional de Regulação do SUS estão organizadas em três dimensões de atuação, necessariamente integradas entre si:**

(...)

III - Regulação do Acesso à Assistência: também denominada regulação do acesso ou regulação assistencial, tem como objetos a organização, o controle, o gerenciamento e a priorização do acesso e dos fluxos assistenciais no âmbito do SUS, e como sujeitos seus respectivos gestores públicos, sendo estabelecida pelo complexo regulador e suas unidades operacionais e esta dimensão abrange a regulação médica, exercendo autoridade sanitária para a garantia do acesso baseada em protocolos, classificação de risco e demais critérios de priorização.

REFERENCIAL NORMATIVO



Secretaria
da Saúde



19 de março de 2014 - Assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta:

- ***Cláusula 6^a - Relativamente às filas, ficam obrigados o Município de Joinville e o Hospital Municipal São José a:***
 - 6.a. Publicar as listas de espera por consultas, exames e procedimentos cirúrgicos realizados através do Sistema Único de Saúde por meio de disponibilização de listas para consulta pública e divulgação no site do Município na Internet.***

REFERENCIAL NORMATIVO



Secretaria
da Saúde



22 de janeiro de 2015 - Promulgação da Lei Municipal nº 7.944/2015:

- ***Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a divulgar por meio eletrônico e com acesso irrestrito, as listas de espera de todos os pacientes que aguardam por procedimentos na rede pública de saúde.***

REFERENCIAL NORMATIVO



Secretaria
da Saúde



9 de dezembro de 2015 - Edição da Portaria nº 123/2015/SMS:

- ***Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão;***
- ***Criação das listas “aguardando reagendamento” e “sem contato”;***
- ***Segurança, transparência e controle social das filas;***
- ***Acesso ordenado pelo critério cronológico e pelo risco***

REFERENCIAL NORMATIVO



Secretaria
da Saúde



21 de setembro de 2016 - Edição da Portaria nº 122/2016/SMS:

Artigo 9º. (...) Os médicos reguladores serão os responsáveis pela classificação de prioridade de cada solicitação conforme a seguir:

I - Prioridade P1: aplicada aos casos definidos como urgentes por se tratarem de encaminhamentos que devem ser atendidos com menor tempo de espera possível, sob risco de agravamento clínico do caso;

II - Prioridade P2: aplicada aos casos definidos como de prioridade por se tratarem de encaminhamentos que necessitam menor tempo de espera, porém não foram classificados como urgentes;

III - Prioridade P3: aplicada a todos os casos cujo procedimento seja de rotina, ou seja, atendidos por ordem cronológica de entrada na fila de espera.

Unidade de Regulação (URE)



Secretaria
da Saúde



Estrutura e Funcionamento do serviço



Secretaria
da Saúde



O que é regulação?



Secretaria
da Saúde



É a intervenção do Estado que objetiva corrigir falhas nos processos de saúde e melhorar o atendimento à comunidade. Abrange tanto o ato de regulamentar (elaborar regras, normas, instruções, etc) quanto o ato de monitorar e avaliar

Legislação Básica



Secretaria
da Saúde

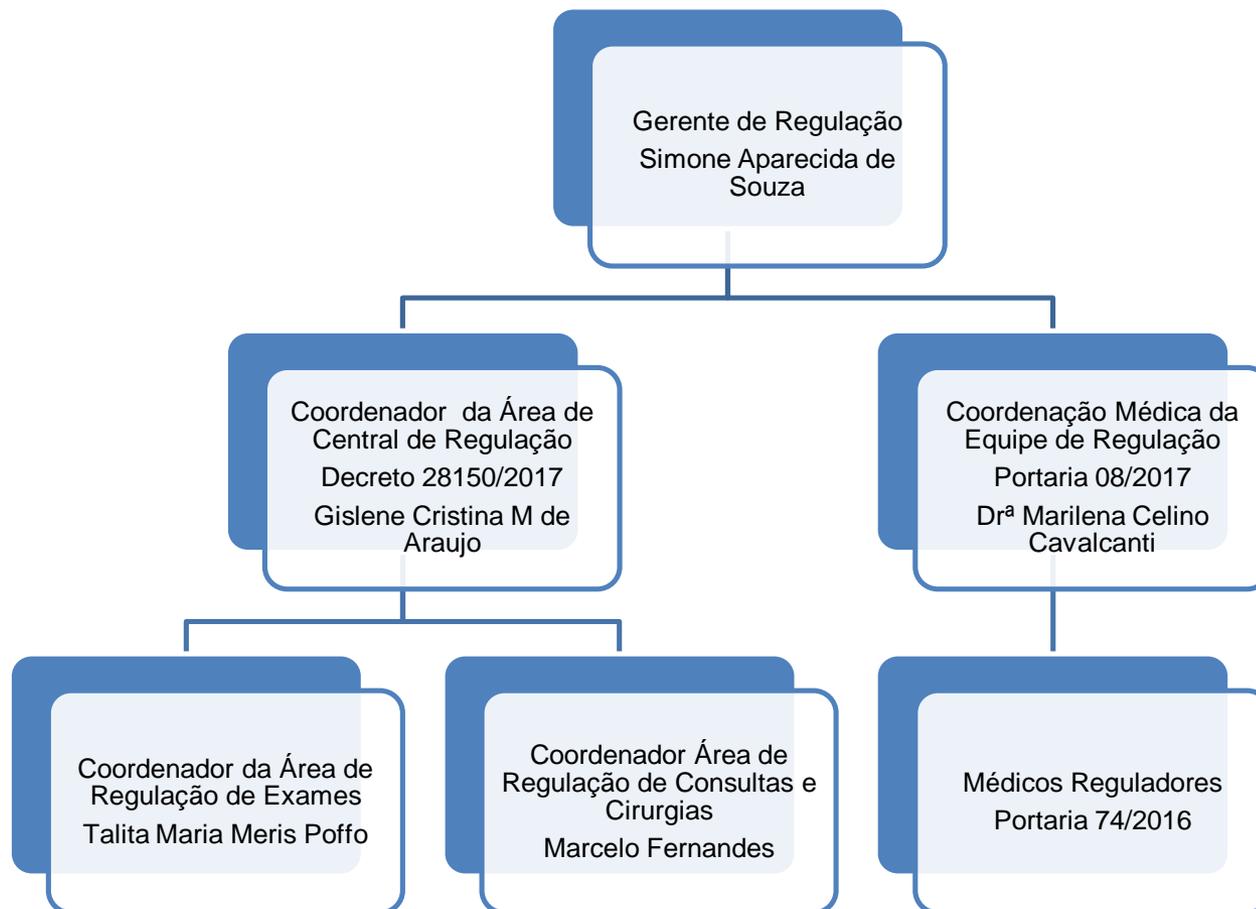


- Portaria GM 1559 de 01 de agosto de 2008
(Institui a Política Nacional de Regulação);
- Portaria SES 313/2015
(Institui a Autoridade de Médico Regulador);
- Portaria 122/2016/SMS
(Gestão e Administração das Filas de Espera);
- Portaria 52/2016/SMS
(Institui a central macrorregional de Regulação do Acesso aos Serviços de Saúde em Joinville)

Organograma Funcional



Secretaria
da Saúde



Composição da equipe



Secretaria
da Saúde



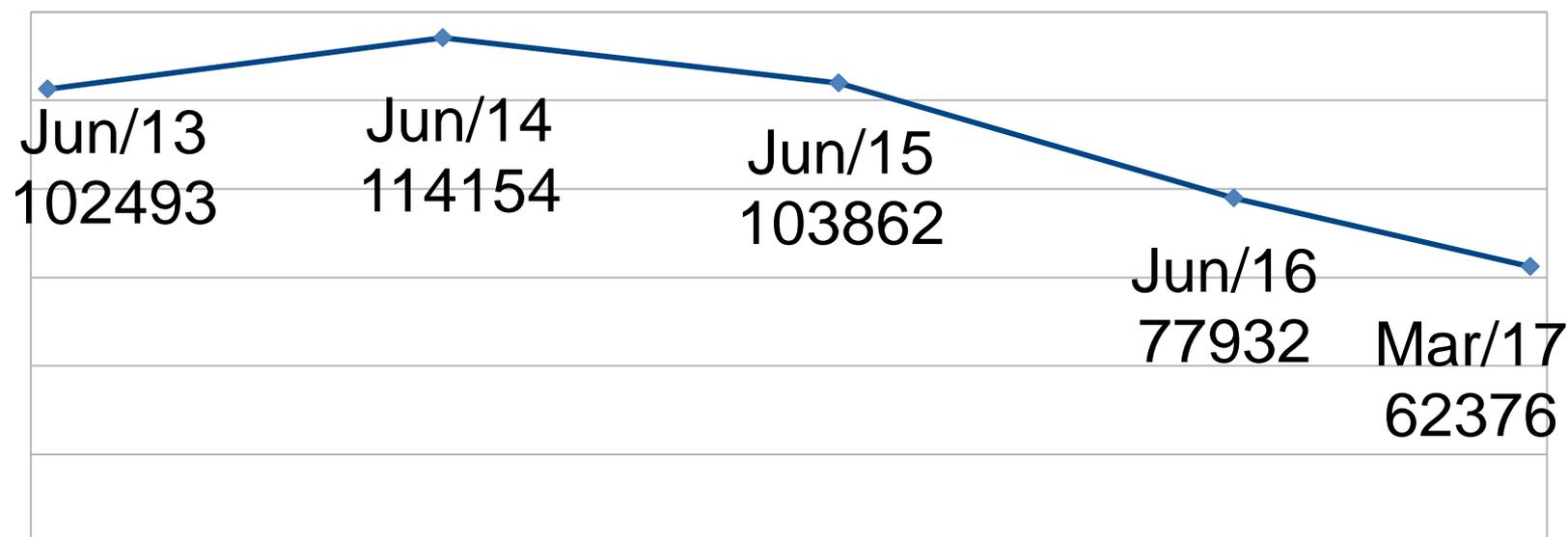
- 33 profissionais, entre videofonistas e auxiliares administrativos;
- 12 videofonistas para central de avisos;
- 17 médicos reguladores;



Trabalho interdisciplinar e intersetorial



DEMANDA REPRIMIDA DE CONSULTAS





Secretaria
da Saúde



Evolução da Demanda Reprimida (%) Consultas Especializadas

2013/2014	11,38%
2014/2015	-9,02%
2015/2016	-24,97%
2016/2017	-19,96%

**ACUMULADO DE 2013 A 2017:
QUEDA DE -39%**

CONTATO



Secretaria
da Saúde



- Andrei Popovski Kolaceke

Telefone: (47) 3481-5192

E-mail: andrei.kolaceke@joinville.sc.gov.br

- Simone A. de Souza

Telefone: (47) 3481- 5166

E-mail: simone.souza@joinville.sc.gov.br



Secretaria
da Saúde



Secretaria da Saúde



Ofício nº 039/2017/ SMS/DAF/GCC/Convênios.

Joinville, 18 de abril de 2017.

Ref.: Alteração de Plano de Trabalho das Propostas – Aquisição de Equipamentos

Senhor Presidente,

Considerando as Propostas abaixo, as quais tem como objeto Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes;

Considerando que o Plano de Trabalho inicial está sendo cumprido;

Considerando que os valores abaixo, tanto de saldo como de rendimentos foram contabilizados até 31/03/2017, e que a utilização dos rendimentos não trará nenhum prejuízo à execução do Objeto pactuado;

Unidade	Proposta nº	Valor total	Saldo atual	Rendimentos
Centrinho	83.169.623000/1111-18	R\$ 123.600,00	R\$ 3.525,22	R\$ 11.457,23
Centrinho	08.184.821000/1150-01	R\$ 62.975,00	R\$ 67.173,04	R\$ 4.190,04
PAM B.V.	83.169.623000/1111-19	R\$ 55.726,00	R\$ 33.872,36	R\$ 10.448,36
PAM B.V.	08.184.821000/1150-03	R\$ 86.230,00	R\$ 57.373,99	R\$ 4.688,99
UPA Sul	08.184.821000/1130-26	R\$ 965.360,00	R\$ 806.528,38	R\$ 208.816,44
A.B.	83.169.623000/1090-91	R\$ 3.505.843,00	R\$ 1.032.194,35	R\$ 780.294,72
A.B.	08.184.821000/1130-18	R\$ 950.530,00	R\$ 605.878,84	R\$ 232.180,20

Parte dos rendimentos já foi utilizado no objeto

**Ilmo. Senhor
Orlando Jacob Schneider
Presidente do Conselho Municipal de Saúde**

SECRETARIA EXECUTIVA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Assinado em 18/04/17
Carla B. B.

Secretaria da Saúde



Considerando a implantação do novo sistema de solução de gestão integrada de saúde pública na Secretaria de Saúde, incluindo a administração de banco de dados – CISNORDESTE/SC, que demandará uma atualização dos equipamentos de informática em todas as unidades.

Solicitamos parecer quanto à inclusão do item "Computador – Desk top" aos respectivos Planos de Trabalho cadastrados e aprovados junto ao Ministério da Saúde sendo que este item seria adquirido efetivamente com a utilização dos rendimentos do recurso de cada proposta.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Fabrício da Rosa".

Fabrício da Rosa
Diretor Executivo